

**A. I. N°** - 272041.0102/06-7  
**AUTUADO** - MS MOTOS LTDA.  
**AUTUANTE** - PAULO NOGUEIRA DA GAMA  
**ORIGEM** - INFRAZ EUNÁPOLIS  
**INTERNET** - 15/12/2006

### 3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACORDÃO JJF N° 0394-03/06

**EMENTA:** ICMS. 1. SIMBAHIA. MICROEMPRESA. FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS. Infração não elidida. 2. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA **a)** AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. Nas aquisições interestaduais de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária, o destinatário deve efetuar a antecipação do imposto sobre o valor adicionado, com base na tabela de preços ao consumidor fornecido pelo fabricante, no prazo regulamentar. **b)** PARCIAL. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO NA PRIMEIRA REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA. MERCADORIAS PROCEDENTES DE OUTROS ESTADOS. Refeito os cálculos, o imposto apurado ficou reduzido. Infração parcialmente elidida. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 31/01/05, exige ICMS no valor de R\$7.707,38, acrescido das multas de 50% e 60%, em razão das seguintes irregularidades:

1. Deixou de recolher o ICMS no prazo regulamentar, na condição de microempresa, enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SimBahia), relativo ao mês de 10/03 - R\$100,00.
2. Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e relacionadas nos anexos 69 e 88 – R\$7.422,67.
3. Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS antecipação parcial, na condição de empresa de pequeno porte, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado – R\$184,71.

O autuado, na defesa apresentada às fls. 26 e 27, através de representante legalmente constituído (fl. 28), contesta parte das infrações apontadas na autuação, apresentando os seguintes argumentos:

Em relação à primeira infração, diz que o imposto exigido está devidamente pago, não tendo sido observado pelo autuante.

No que se refere à segunda infração, argumenta que os valores exigidos correspondem exatamente aos do imposto que foram antecipados. Alega que parte das mercadorias cujo imposto foi exigido a título de ICMS substituto refere-se a compras destinadas ao ativo imobilizado e materiais de uso ou consumo, sendo indevida a cobrança de ICMS substituto, o que configura uma bitributação.

Relativamente à terceira infração, afirma que o imposto reclamado já foi pago, fato que não foi observado pelo autuante.

Diz que junta ao processo, cópia do Auto de Infração, planilhas, notas fiscais e cópia de DAEs para tentar comprovar a regularidade do pagamento do ICMS do período fiscalizado.

Finaliza requerendo a Improcedência total do Auto de Infração.

O autuante, na sua informação fiscal (fls. 573), acata em parte as alegações defensivas. Afirma que a primeira infração está correta, apresenta um novo demonstrativo de débito à fl. 573 relativo à segunda infração e acata parcialmente os argumentos apresentados pelo impugnante relativos à terceira infração, remanescendo valores devidos de R\$44,20 e R\$109,26 relativo aos meses de setembro e dezembro/04, conforme demonstrativo à fl. 573. Pede a procedência parcial da autuação.

## VOTO

O Auto de Infração exige ICMS não recolhido no prazo regulamentar, antecipação total de produtos enquadrados no regime de substituição tributária e antecipação parcial.

Em relação à primeira infração, o autuado foi acusado de não ter recolhido o ICMS relativo ao mês de outubro/03, na condição de microempresa. Na defesa apresentada o contribuinte contestou dizendo apenas que o valor exigido já tinha sido pago. Pela análise dos documentos juntados ao processo, verifico que o autuante juntou às fls. 15 a 20, relação de DAES relativos a recolhimentos do ICMS no período de 2001 a 2005 e não consta o recolhimento do ICMS Microempresa/Simbahia referente ao mês 10/03. Da mesma forma, nos documentos juntados com a defesa às fls. 36 a 572, não consta qualquer comprovante do pagamento do imposto ora exigido. Como nada foi apresentado, constitui mera negativa de cometimento da infração, o que a luz do art. 143 do RPAF/99 não desonera o autuado da responsabilidade pelo pagamento do imposto. Infração subsistente.

Quanto à segunda infração, na defesa apresentada o impugnante juntou à defesa às fls. 36 a 41, cópia do demonstrativo elaborado pelo autuante e diversas cópias de notas fiscais, DAES e GNREs, afirmando que os valores exigidos correspondiam aos valores recolhidos. O autuante, na sua informação fiscal acatou parte dos documentos apresentados e juntou um novo demonstrativo à fl. 573. O autuado foi intimado para tomar conhecimento da informação fiscal e não se manifestou.

Pelo confronto do demonstrativo original elaborado pelo autuante às fls. 8 a 13, com os documentos juntados com a defesa, verifico que na informação fiscal foram deduzidos do débito os valores relativos aos comprovantes de pagamento do imposto apresentado na defesa, a exemplo do mês de janeiro/01 (fl. 8), no qual foi exigido valor de R\$545,98, tendo sido juntado com a defesa cópia da Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais (GNRE) à fl. 406, comprovando o recolhimento do ICMS no valor de R\$73,17, relativo ao ICMS substituto das mercadorias consignadas na Nota Fiscal nº 20.442 (fl. 405), o que resultou em valor devido remanescente de R\$472,81, conforme indicado no demonstrativo à fl. 573. Portanto, constato que está correto o demonstrativo de débito juntado pelo autuante no momento da informação fiscal e considero devido o valor de R\$4.077,51, conforme demonstrativo abaixo:

| Data Ocorr | Data Vencto | Base de Cálculo | Aliq % | Multa % | Valor do Débito |
|------------|-------------|-----------------|--------|---------|-----------------|
| 31/01/01   | 09/02/01    | 2.781,24        | 17,00  | 60,00   | 472,81          |
| 28/02/01   | 09/03/01    | 3.059,82        | 17,00  | 60,00   | 520,17          |
| 31/03/01   | 09/04/01    | 3.577,12        | 17,00  | 60,00   | 608,11          |
| 30/04/01   | 09/05/01    | 2.581,88        | 17,00  | 60,00   | 438,92          |
| 31/05/01   | 09/06/01    | 1.076,00        | 17,00  | 60,00   | 182,92          |
| 30/06/01   | 09/07/01    | 808,06          | 17,00  | 60,00   | 137,37          |
| 30/11/01   | 09/12/01    | 71,47           | 17,00  | 60,00   | 12,15           |
| 30/12/01   | 09/09/02    | 438,06          | 17,00  | 60,00   | 74,47           |
| 28/02/02   | 09/03/02    | 348,65          | 17,00  | 60,00   | 59,27           |
| 31/10/02   | 09/11/02    | 680,18          | 17,00  | 60,00   | 115,63          |
| 30/11/02   | 09/12/02    | 582,00          | 17,00  | 60,00   | 98,94           |
| 31/12/02   | 09/01/03    | 592,82          | 17,00  | 60,00   | 100,78          |
| 31/01/03   | 09/02/03    | 976,18          | 17,00  | 60,00   | 165,95          |
| 28/02/03   | 09/03/03    | 1.641,41        | 17,00  | 60,00   | 279,04          |
| 31/03/03   | 09/04/03    | 1.095,00        | 17,00  | 60,00   | 186,15          |
| 30/08/03   | 09/09/03    | 1.511,53        | 17,00  | 60,00   | 256,96          |
| 30/09/03   | 09/10/03    | 481,71          | 17,00  | 60,00   | 81,89           |
| 31/10/03   | 09/11/03    | 1.234,41        | 17,00  | 60,00   | 209,85          |
| 31/01/04   | 09/02/04    | 447,82          | 17,00  | 60,00   | 76,13           |
| Total      |             |                 |        |         | 4.077,51        |

Com relação à terceira infração, o impugnante argumentou que o valor exigido já tinha sido pago, entretanto só juntou com a defesa cópia da GNRE à fl. 141, que comprova o pagamento do ICMS antecipação parcial relativo à Nota Fiscal de nº 164904. Dessa forma, fica elidido o valor exigido na autuação de R\$31,25 relativo ao mês de novembro/04 e subsiste parcialmente o valor exigido de R\$153,46 relativo aos fatos geradores de setembro e dezembro/04, conforme quadro abaixo:

| Data Ocorr | Data Venc | Base de Cálculo | Aliq % | Multa % | Valor do Débito |
|------------|-----------|-----------------|--------|---------|-----------------|
| 30/09/2004 | 09/02/04  | 260,00          | 17,00  | 60,00   | 44,20           |
| 31/12/2004 | 09/02/04  | 642,71          | 17,00  | 60,00   | 109,26          |
| Total      |           |                 |        |         | 153,46          |

Voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **272041.0102/06-7** lavrado contra **MS MOTOS LTDA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$4.330,97**, acrescido da multa de 50% sobre R\$100,00 e 60% sobre R\$4.230,97 previstas no artigo 42, incisos I, alínea “b”, itens 1 e 3, e II, “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 04 de dezembro de 2006.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - PRESIDENTE

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - RELATOR

OLAVO JOSÉ GOUVEIA OLIVA - JULGADOR